

**ANTOLOGIA DO
VIRALATISMO: OS
FUNDAMENTOS
IDEOLÓGICOS DA
AUTODEPRECIAÇÃO
BRASILEIRA**

DIEGO ABREU

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
1 - INTRODUÇÃO: AS RAÍZES PROFUNDAS DO VIRALATISMO BRASILEIRO	14
2 - ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS: OS CONCEITOS DE IDEOLOGIA E VIRALATISMO.....	31
2.1. Ideologia: o sentido a serviço do poder	31
2. 2. Viralatismo: O complexo de vira-lata como doutrina.....	39
3 – PRIMEIRA FASE: O VIRALATISMO NATURALISTA	49
3.1. A Terra degenerada e os ventos alísios: o Naturalismo Europeu	54
3.2. A força e a desgraça do sertanejo: as ideias naturalistas no Brasil	71
4 – SEGUNDA FASE: O VIRALATISMO RACISTA.....	82
4.1. A seda, o algodão e a lã: o racismo científico Europeu	92
4. 2. Os filhos estragados da velha raça latina: o racismo científico no Brasil	103
5 – TERCEIRA FASE: O VIRALATISMO CULTURALISTA	134
5.1. Homens Cordiais e bestializados: o pensamento culturalista brasileiro	143
6 – QUARTA FASE: O VIRALATISMO CULTURALISTA PÓS-MODERNO.....	178

6.1. Os fundamentos históricos e ideológicos da Pós-Modernidade	181
6.2. Do culturalismo tradicional ao culturalismo jacobino e pós-moderno	189
6.3. Bastardos, corruptos e autoritários: o viralatismo culturalista pós-moderno	194
7 – O VIRALATISMO NO DISCURSO DA MÍDIA NACIONAL.....	225
7.1. O discurso midiático e a curadoria da realidade	230
7.2. O coliseu dos miseráveis e a montanha-russa que só desce: o viralatismo na mídia nacional	235
8 – O VIRALATISMO NO DISCURSO DA INDÚSTRIA DO ENTRETENIMENTO	257
8.1. Uma usina de produção simbólica e ideológica: a organização da indústria do entretenimento	258
8.2. Inútil e sem memória: o discurso do viralatismo na indústria do entretenimento musical	267
9 – O VIRALATISMO CHEGA À BOCA DO POVO.....	287
9.1. De Casa da Mãe Joana a lata de lixo: a disseminação do viralatismo em postagens jornalísticas.....	289
9.2. Hinos e aulas de história: a disseminação do viralatismo em postagens de entretenimento musical.....	304
10 – O BRASIL REAL: O AVESSO DO VIRALATISMO ..	319
10.1. Vozes que se levantam contra o viralatismo: retratos da realidade brasileira	321

11 – POR QUE LUTAR PELO BRASIL?	357
---------------------------------------	-----

PREFÁCIO

ANTÍDOTO PARA O VENENO ANTINACIONAL

Felipe Maruf Quintas¹

Se existe alguma obviedade no Brasil, é o colosso nacional. Tudo aqui exala grandeza, nos sentidos quantitativo e qualitativo: a natureza, a gente, a história, os recursos naturais. Não é trivial um país continental alcançar chegar a mais de cinco séculos de existência sem nenhuma perda territorial e demográfica significativa, mas, ao contrário, expandindo continuamente os aspectos da sua vida nacional, seja pelas vias líricas da acolhida aos imigrantes e da miscigenação amorosa na qual se multiplica nosso povo, seja pelas vias épicas da diplomacia expansiva de Rio Branco, da expulsão dos agressores em Guararapes, no Jenipapo e no Riachuelo, e, ainda, do bandeirantismo, que, iniciado enquanto empreendimento espontâneo da sociedade no século XVI, institucionalizou-se nos grandes programas de desenvolvimento do século XX, a começar pela Marcha ao Oeste de Getúlio Vargas.

O brasileiro, diariamente, respira e visualiza grandeza, de modo que essa constitui o padrão, o normal. Quando o brasileiro acredita em si, realiza as mais profundas epopeias sem sequer

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, autor dos livros *Desenvolvimento e Construção de Nações* (2022) e *Nacionalismo Brasileiro: Fundamentos, Intérpretes e História* (2023), ambos publicados pela editora Clube de Autores.

tomar conhecimento disso. A Guerra de Independência no século XIX e a Revolução Industrial no século XX foram vivenciadas não como transformações tectônicas de alcance mundial, como de fato foram, mas como processos banais, até abaixo da expectativa. O que em qualquer outro país, menos acostumado à grandeza, soaria grandes feitos de alcance universal e até cosmológico, no Brasil pareceu mais do mesmo.

Quão grandes se afiguram os desígnios grandiloquentes (e malogrados) de Napoleão face à bem-sucedida consolidação do Brasil continental em nossa Independência e após? Quão revolucionárias foram as grandes revoluções históricas – a Francesa e a Russa - perto da nossa de 1930, que, como nenhuma outra antes dela, modificou completamente as estruturas nacionais, propiciando rápida industrialização e inauditas garantias sociais, sem nenhum Terror? O Brasil é o esteio das grandes realizações históricas e, assim, contribuiu pesadamente para a descentralização de poder mundial, tendo, inclusive, chegado a se tornar fator decisivo na descolonização africana e na industrialização sul-americana ainda na década de 1970.

Nestas condições, chama a atenção o pessimismo dos intelectuais em relação ao Brasil. Por natureza de ofício e vocação, em qualquer época e lugar, o intelectual é um divergente social, com predileções atípicas pelo isolamento e pela introspecção. Somente um inadaptado, um “esquisitão”, em linguagem pedestre, prefere dispendar parte significativa da sua energia vital com atividades essencialmente individualistas como o pensamento e o fazer científico e artístico, em vez de seguir irrefletidamente a massa nas suas práticas comezinhas. Por isso o intelectual em regra

atribui menos importância às atribuições e relatividades do cotidiano do que as pessoas normais, o que o leva a aspirar a realidades mais fundas do que a superfície dos fenômenos, a buscar, por trás daquilo que todos veem e conseguem ver, formas, causas e origens profundas, onde, sim, estaria aquilo com que vale a pena exercitar o élan vital.

Porém, tão precioso é o pensamento que ele é raro até mesmo entre aqueles que se dedicam a atividades intelectuais. Mais comum do que o intelectual, no sentido pleno do termo, é o semi-intelectual, que dispõe dos afetos antissociais e do interesse erudito do intelectual, sem, contudo, extrair disso qualquer elevação racional; ao contrário, até se rebaixando mais em relação ao vulgo por se alhear do bom senso que a vida prática não-intelectual proporciona.

O semi-intelectual faz da negação, pura e simples, sua profissão de fé e o seu ganha-pão. Sua atitude perante o mundo é fundamentalmente demolidora; ele se compraz com a destruição, mas não objetiva erguer qualquer outra coisa, apenas se deleitar no espetáculo mórbido dos destroços dos sistemas e ideias estabelecidos, das certezas estraçalhadas pelo furacão do niilismo. Em vez de se elevar acima do mundo, busca reduzi-lo ao caos interior que o habita e envenena. Nada é ou deveria continuar a ser; e o empenho semi-intelectual consiste em provar, pela força, se preciso, a finitude e a transitoriedade, portanto o não-ser, de tudo que os demais, pessoas comuns ou verdadeiros intelectuais, consideram sagrado e estabelecido. O seu moto é a força destituída de razão e de justiça, ou seja, a tirania, com que pretende usurpar do restante da sociedade a plenitude com que se

ressente por jamais dela ter tido capacidade de participar. Seu último ato é a sombria e insana gargalhada luciferina no Nada, com que se engasga até a asfixia. Por isso, o culto à morte e ao suicídio é a única visão de futuro, se assim podemos chamar, que resta a tão tristes figuras, que falharam enquanto pessoas comuns e enquanto intelectuais, falhando, portanto, como seres humanos em sentido geral.

O pensamento verdadeiro, próprio do intelectual pleno, jamais aspirou à pura e simples negação do visível, mas à sua transcendência. Ele se direciona às realidades superiores que iluminam a imanência e lhe dão a participação no Ser, com a qual é possível dizer que seja verdadeira e não mentira ou ilusão. A verdade existe e como tal constitui a razão profunda do mundo. Ela está no que é superior, não no inferior – o que é, é em função do que está acima, não abaixo. As manifestações aparentes mais degradadas jamais poderiam constituir a verdade de algo, tão-somente o afastamento do Ser e, conseqüentemente, o afogamento nas areias movediças do mundo puramente empirista e pragmático. O intelectual pleno, habitante das cimeiras da razão, aspira a integrar nela o que dela se afastou, buscando elevar as aparências mais degradadas à essência sublime. Todo intelectual pleno encarna o arquétipo platônico do rei-filósofo, intencionando não “reformular” o mundo, mas realizá-lo pela aproximação do Ser, tanto quanto seja possível no devir histórico. Seu trabalho não é o de negação quanto de afirmação, pois, ao afirmar a verdade, eleva até ela o que está na negação de si. Se ele muitas vezes recusa o mundo tal como aparece, não é para destruí-lo, mas para libertá-lo da destruição em que se afunda e afirmá-lo no que tem de mais profundo e verdadeiro.

No caso brasileiro, o “complexo de vira-latas”, expressão nelsonrodrigueana para a depreciação obstinada e sistemática, patológica mesmo, das coisas, da gente e da ideia do Brasil, afigura-se como o exercício cabal da semi-intelectualidade nativa. O semi-intelectual brasileiro quer provar sua superioridade em relação ao *demos* não pela elaboração da consciência superior do meio nacional, mas pela negação militante do valor do Brasil enquanto tal. O Brasil se definiria sempre pela falta, pela ignominiosa lacuna, em relação à suposta plenitude dos centros intelectuais norte-atlânticos, tipos-ideais que o Brasil deveria emular para purgar os seus defeitos congênitos e pleitear um espaço no gélido e nevoento Olimpo do Hemisfério Norte.

Mais do que transtorno individual, o derrotismo vira-lata tornou-se, infelizmente, fato social durkheimiano no meio intelectual brasileiro, dominado pela semi-intelectualidade, a ponto de se convencionar que a inteligência necessariamente significa entender o Brasil como ontologicamente equivocado, como a consagração do erro e até do crime. O “ufanismo”, rótulo para designar pejorativamente qualquer otimismo em relação ao Brasil, tornou-se o pior dos defeitos, compreensível, embora não aceitável, apenas entre os iletrados, entre a arraia-miúda alheia às cimeiras intelectuais do “mundo civilizado” – leia-se, o setentrião atlântico -, mas jamais entre os intelectuais, dentre os quais constitui verdadeira apostasia e motivo suficiente de excomunhão.

Pelo menos no que diz respeito aos assuntos humanos, não existe, outrossim, conhecimento desvinculado do poder e de interesses

de poder. O viralatismo assume conscientemente, embora muitas vezes não declaradamente, posição política e geopolítica francamente hostil ao Brasil enquanto Nação. O antinacionalismo, a negação ideológica da soberania, se espelha no combate a toda manifestação concreta de independência e autonomia, distorcendo e estereotipando a afirmação nacional para inviabilizá-la. Assim, os regimes políticos nacionalistas são acoimados de autoritários, estatistas, populistas e/ou militaristas; o desenvolvimento econômico nacional é vilipendiado por contradições frequentemente falsificadas; a história nacional, enquanto enfeixamento do passado e do futuro, é entendida como sucessão de falhas, horrores e desistências, também frequentemente falsificados; e o próprio povo brasileiro é inferiorizado na sua essência, seja pelo viés hoje politicamente incorreto da “raça”, seja pelo politicamente correto da “cultura”. Em resumo, o Brasil seria um problema e a solução estaria na extinção do País ou, o que daria no mesmo, na sua desnacionalização, na assunção de formas e conteúdos alheios à nossa realidade e à nossa verdade, alheios, enfim, à civilização brasileira, à alma nacional que nos singulariza enquanto Nação no concerto humanístico universal.

Felizmente, existem, como sempre existiram e sempre existirão, em nosso País, intelectuais verdadeiros, que, apesar de solitários na sua singularidade, se identificam profundamente com a Nação em sua realidade profunda e elevada, a qual alcançam pelo pensamento ordenado e correto. Eis o caso do Professor Diego Abreu, douto nacionalista e luminar da genuína intelectualidade, que, em seu brilhante livro *Antologia do Viralatismo: os Fundamentos Ideológicos da Autodepreciação Brasileira*

investiga a genealogia, as condições de possibilidade e as manifestações do viralatismo, a partir da perspectiva nacionalista que somente um autêntico pensador da nacionalidade poderia vislumbrar.

O Dr. Abreu, tal como príncipe de conto de fadas, cavalga o alazão do conhecimento e empunha a espada da verdade para derrotar o dragão da perfídia e despertar e libertar a alma nacional adormecida e aprisionada no castelo da ignorância. A duríssima peleja exige enormes sacrifícios, pois não é nada fácil confrontar teorias arraigadas nos sentimentos (i)morais dos estamentos intelectuais e midiáticos, que manufaturam consensos sutilmente aceitos e reproduzidos inclusive pelos estratos populares.

Mas, como afirmava Sócrates, a verdade requer coragem, e essa não falta ao prof. Diego Abreu, que expõe resolutamente a falsidade e a manha de teorias amplamente consagradas e suas consequências deletérias à alma nacional. Com profundidade analítica rara nos dias de hoje, ele destrincha as formas e os modos pelos quais os vernizes eruditos do viralatismo, nos acabamentos do naturalismo, do racismo “científico” e dos culturalismos, revestem e legitimam a bestialidade intrínseca do viralatismo, escancarada em manifestações grosseiras, reiteradas no dia-a-dia em fóruns *online* e outros ambientes públicos, que Abreu não se furta em exhibir para demonstrar a essência horrenda contida nos sistemas ideológicos canonizados pela semi-intelectualidade de ontem e de hoje.

O ideal que norteia o honroso esforço do prof. Diego Abreu é a valorização da alma nacional e a exaltação da grandeza brasileira, que, embora imediatamente visível, permanece sobremaneira

ainda em potência, cuja realização depende do compromisso racional e da vinculação sentimental dos brasileiros a nossa Pátria. Abreu cumpre exemplarmente a tarefa prioritária do intelectual pleno brasileiro, de contrapor, à negação niilista da brasilidade, a afirmação transcendente do Brasil brasileiro, pela qual o País prevalecerá contra os sofistas e tiranos que o antagonizam e atualizará as mais belas virtualidades já concebidas pela humanidade.

O presente livro do Prof. Diego Abreu vem em muito boa hora, deveras necessário no atual momento histórico, em que a ambidestra viralatice semi-intelectual alcançou ascendência nunca antes vista em nossa história, já repleta de exemplos fracassômanos. Ameaçado de todos os lados, o Brasil se defende iluminando a consciência elevada de alguns dos seus melhores filhos, dentre os quais está o Dr. Abreu. Verdadeira prova de identificação superior ao País, a iniciativa dele constitui não apenas sopro de ar fresco para deleite meditativo, mas valiosa ofensiva patriótica na frente de batalha para a recomposição da ideia de Brasil enquanto Nação, sem a qual jamais poderemos reorganizar nossas estruturas materiais e simbólicas em sentido adequado à soberania nacional.

Desejo que o caro leitor leia esse livro não apenas com os olhos do rosto, mas com o olho da alma e com o coração, para que se depure da nefasta contaminação ideológica antinacional que induz os brasileiros a aceitarem passivamente uma subalternidade artificial e evitável. Mais do que simples livro, essa obra constitui antídoto para o envenenamento espiritual que acomete o Brasil, e, como tal, prepara o soerguimento da Nação, que, algum dia, e

não muito distante, saberá agradecer ao Prof. Diego Abreu por ter se mostrado digno da confiança por ela atribuída.

1 - INTRODUÇÃO: AS RAÍZES PROFUNDAS DO VIRALATISMO BRASILEIRO

A independência tornou-se assim paradoxalmente o ponto de partida de uma reação antinacionalista no sentido mais profundo da expressão. Emancipamo-nos politicamente, afirmando a nossa soberania, mas ao mesmo tempo começamos a nos distanciar da trajetória normal do nosso desenvolvimento histórico, iludidos pela miragem dos modelos estranhos que uma minoria culta ou semiculta encarava como tipo de perfeição adaptável a todos os povos da terra.

Azevedo Amaral

Nossa nação está gravemente adoecida. Os sintomas dessa doença sistêmica e estrutural se fazem observáveis em quase todas as instâncias da vida social brasileira. Cooptação do estamento de poder do país por *lobbies* antinacionais, política econômica deslocada da atividade produtiva real e sem conexão com os interesses orgânicos da vida brasileira, criminalidade endêmica, falência da indústria cultural, submissão do meio intelectual nacional à intoxicação ideológica, incivilidade predominante no trato cotidiano, rebaixamento da capacidade intelectual média, “bandidolatria” explícita nos grandes circuitos de comunicação, aviltamento dos símbolos nacionais, radicalismo ideológico, jacobinismo político, promiscuidade reinante nos relacionamentos, satanização da miscigenação e do sincretismo em nome do purismo racial-cultural, profanação dos heróis e da

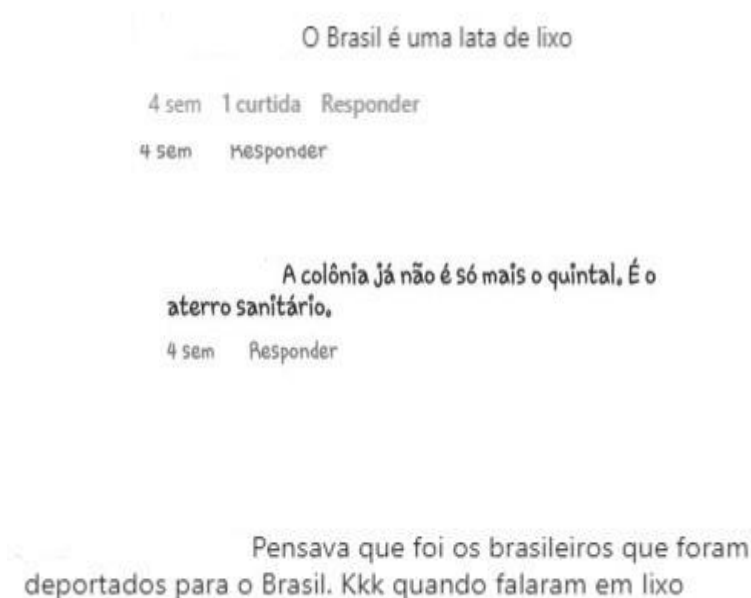
memória da Pátria – apenas para citar alguns poucos exemplos dentro de um cenário mais amplo de devastação civilizacional.

O quadro de miséria social acima pintado, conhecido pela grande maioria dos brasileiros, é um retrato sintomatológico de uma patologia coletiva mais profunda. É a descrição de um corpo enfermo, que padece de dores produzidas por um mal que lhe corrói a alma. E esta é justamente a tese que fundamenta a presente obra: as mazelas sofridas na carne cotidianamente por nossos irmãos brasileiros são reverberação de uma moléstia que aflige o espírito do Brasil. Portanto, ainda que seja necessário remediar os problemas patentes da vida nacional, de muito pouco adianta tal remédio se ele não vier acompanhado de um tratamento mais abrangente, que tenha como objetivo a cura da alma nacional. Porém, a superação de qualquer problema pressupõe o seu conhecimento. Não faz sentido exclamarmos a necessidade de medicar o mal do espírito nacional se não compreendemos a natureza dessa doença.

Aqui, impõe-se uma pergunta fundamental: quais são as causas subjacentes e estruturais do cenário contemporâneo de ocaso civilizacional de nossa nação? Ou, usando a metáfora aqui introduzida: Quais são os males espirituais que têm colocado em risco a saúde e a vida do corpo brasileiro?

Esse questionamento terá o devido tratamento ao longo da presente obra. Nestas linhas iniciais, cabe-nos apresentar alguns de seus aspectos mais perversos. Começemos lendo alguns

comentários realizados por brasileiros em um perfil jornalístico sediado em uma rede social²:



Os comentários apresentados acima são ultrajantes, revoltantes e extremamente comuns. Eles não foram extraídos de alguma página virtual dedicada a propagar ódio contra brasileiros. Foram retirados de uma postagem jornalística mezinha publicada no perfil público do UOL® no Instagram® sobre importação ilegal de lixo dos EUA para o Brasil. Logo, devemos considerar as mensagens acima reproduzidas como representativas do pensamento e da visão de mundo comuns a um certo setor do

² Os comentários apresentados foram realizados em uma postagem realizada pelo perfil oficial do UOL® no Instagram®. O nome dos comentadores foi omitido com o intuito de preservar suas identidades.

nosso povo; composto por indivíduos que julgam natural classificarem a si e aos seus irmãos de nação como lixo.

Algun leitor mais cético poderia alegar tratar-se apenas de um recorte tendencioso extraído por um expositor ávido por fundamentar sua tese. Em face dessa possível contestação, deixo aqui um desafio a quem estiver debruçado sobre estas páginas: pare a leitura agora e entre em alguma rede social virtual. Navegue pelos temas discutidos, pelas postagens realizadas e pelas ideias compartilhadas. Em seguida, reflita honestamente: a opinião defendida por seu circuito de amigos virtuais acerca do Brasil e de todos os elementos que remetem à brasilidade é muito diferente destas trazidas nas imagens acima?

Infelizmente, essa visão autodepreciativa e inferiorizada que uma fração dos brasileiros nutrem de si próprios, que deságua em um discurso repleto de ódio e rejeição contra seu povo e sua nação, é expressão de uma das ideologias mais difundidas e poderosas em nossa sociedade hodierna. Poucos argumentos têm tanto peso e apelo quanto os famosos “só no Brasil pra acontecer isso...”, ou “lá fora não é assim”, ou ainda o onipresente “mas aqui no Brasil nada vai pra frente”. Esses brocardos da vida cotidiana brasileira são versões eufemizadas dos insultos proferidos nos comentários destacados na página anterior. São formas mais civilizadas e politicamente corretas de explicitar o mesmo sentimento de mal-estar consigo mesmo e inferioridade perante os outros povos. Contudo, tanto o ódio desabrido dos internautas quanto o rancor murmurado entre os dentes em nossas conversas diárias na padaria, no ônibus ou na fila do banco são expressões dérmicas

da moléstia estrutural e invisível que corrói a alma do Brasil, à qual daremos, neste livro, o nome de **viralatismo**.

Talvez o termo viralatismo te pareça familiar; e você está correto. Esse conceito é uma adaptação de uma noção clássica do repertório cultural nacional: o complexo de vira-lata. Cunhada ainda nos anos 1950 por um dos maiores dramaturgos e cronistas brasileiros, o recifense de alma carioca Nelson Rodrigues, a ideia do complexo de vira-lata denuncia um dos traços de personalidade mais comuns à psicologia coletiva do brasileiro: sua obsessão autodepreciativa. Em uma crônica publicada no longínquo ano de 1958, o gênio pernambucano definia esse atributo nacional como “a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, diante do resto do mundo” (RODRIGUES, 2013, p. 89). Concebida como um libelo contra seus colegas de imprensa esportiva que adotavam uma postura de desprezo perante nosso esporte nacional, a intuição magistral de Nelson Rodrigues nos oferece uma lente aguçada para compreendermos o sentimento contemporâneo de estranhamento do brasileiro consigo mesmo. Conforme explicado em detalhes no subcapítulo 2.2, optamos aqui por usar o termo viralatismo (em vez de complexo de vira-lata) para deixar evidente que entendemos esse fenômeno vislumbrado por Nelson como uma ideologia, isto é, um sistema de ideias orientado por um sentido político que condiciona a ação humana de maneira implícita ou, pelo menos, discreta. O emprego do sufixo **-ismo**, assim, nos ajuda a esclarecer esse aspecto teórico ao mesmo tempo que nos permite dar o devido crédito ao dramaturgo por sua contribuição intelectual.

Toda a tinta derramada neste livro até o presente momento teve o fito de delimitar o nosso objeto de interesse, que agora já podemos chamar pelo nome: viralatismo. Porém, uma dúvida legítima pode vir à mente do leitor mais exigente: por que o viralatismo deve ser visto como um dos vetores centrais da crise brasileira contemporânea? Ou, em outras palavras, por que o viralatismo pode ser compreendido como a patologia de fundo do conjunto de sintomas experimentados por nossa sociedade nas últimas décadas? A resposta a esse questionamento demanda a composição de um quadro acerca do papel geopolítico do Brasil no mundo, do seu potencial inexplorado e dos interesses endógenos e exógenos que se fazem presentes na vida coletiva brasileira.

Atualmente, o Brasil é a décima-segunda maior economia do mundo à luz do PIB, possui a sexta maior população e a quinta maior plataforma territorial do planeta. Esses números sozinhos já nos dão uma dimensão superficial da grandeza do Brasil, porém eles muito mais escondem do que revelam acerca de tal opulência. Apesar de dispor de uma massa continental menor que a russa, canadense, chinesa e estadunidense, o Brasil é a única nação que possui um território integralmente ecumênico, isto é, que goza de todas as propriedades necessárias para o desenvolvimento da vida humana. No Brasil não há grandes áreas congeladas, nem desertos que inviabilizam a atividade econômica humana prolongada. Todo o território nacional acolhe a vida humana e fornece meios para o seu florescimento. Ademais, esse continente sem fim do sertão brasileiro é saturado de riquezas ainda incomensuráveis. Como afirmado em recente entrevista pelo Ex-Ministro da Defesa e dos Esportes Aldo Rebelo, toda a tabela periódica dos elementos

químicos encontra-se no solo da nossa Amazônia. Somente nesse trecho do rincão brasileiro, temos uma suntuosidade de recursos, capazes de suprir o nosso desenvolvimento e a nossa prosperidade durante séculos. São jazidas minerais, poços petrolíferos, terras raras, essências botânicas: um tesouro inexplorado dado pela provisão divina e ao alcance do nosso povo.

Todavia, a maior riqueza da nossa nação não reside em sua base material, mas sim no seu conteúdo humano. Ainda que o radicalismo identitário importado dos circuitos acadêmicos decadentes do Atlântico-Norte pregue diuturnamente toda forma de mentira e injúria contra o povo brasileiro, a verdade é que a gente que constituiu uma nação neste torrão continental, consciente ou inconscientemente, fundou uma das experiências civilizacionais mais exitosas da história conhecida da humanidade. As profundas rachaduras culturais, que servem como gatilho para grande parte dos conflitos ao redor do mundo, em nossas terras tropicais foram superadas e equacionadas com sabedoria e temperança dignas de um povo altivo e generoso, que incutiu como nenhum outro os valores fundamentais do Cristianismo, em especial, o reconhecimento da igualdade essencial do ser humano – que se coloca acima de todas as suas diferenças superficiais.

Preconceitos religiosos em solo brasileiro são vistos como extravagâncias de indivíduos desalinhados; exceções tão raras que soam como devaneios para a grande maioria da população. A regra no Brasil é o sincretismo marcado pela tolerância e até algum grau de polimerização. Desde os tempos coloniais, as festas e liturgias católicas incorporaram elementos oriundos dos

indígenas e dos africanos, em um evidente esforço de integrá-los na prática dessa religião que unificou o Brasil durante séculos, formando um tipo específico de catolicismo que, segundo Gilberto Freyre, possui traços predominantemente franciscanos. O Brasil é o país em que cristãos pulam ondas na virada do ano, protestantes rezam a Ave Maria e celebram as festas de São João e pessoas de todos os credos demonstram profundo respeito pelas tradições nativas e afro-brasileiras que ajudaram a moldar a nossa rica e intrincada experiência com o transcendental.

A mesma postura de tolerância e generosidade adotada no trato das diferenças de credo se mostra ainda mais patente no convívio e na imbricação entre as diferentes raças e etnias. Enquanto no restante do mundo o purismo racial é a regra e a miscigenação é vista como algo exótico, no Brasil, temos a situação contrária: a mestiçagem é o que caracteriza o povo. A diferença primordial entre uma identidade racial construída sobre um ideal de pureza e uma identidade racial formada pela mistura e pelo caldeamento reside justamente na relação de cada uma dessas matrizes étnico-civilizacionais com o outro. As sociedades puristas enxergam o alienígena como um elemento potencialmente perturbador e destrutivo dos traços que caracterizam aquele povo. Mesmo em situações em que o exógeno é tratado com cordialidade e tolerância, seu estatuto de não pertencimento nunca deixa de ser levado em conta. Em um contexto tal, vem à baila a chamada questão das minorias (franjas étnico-culturais díspares ao grupo majoritário), vistas com desconfiança e rancor justamente por sua imiscibilidade em face de uma civilização infensa à perda de sua identidade racial e cultural. A solução paliativa aventada por parte das elites mandantes em tais sociedades é o multiculturalismo,

que advoga a supressão da diversidade e da organicidade das culturas locais em nome de uma espécie de cosmopolitismo pasteurizado, supostamente capaz de integrar as facções populacionais mais distintas dentro de um mesmo espaço de convivência. Grande parte dos conflitos testemunhados contemporaneamente na Europa e no eixo Estados Unidos-Canadá se dão entre os partidários do projeto multiculturalista e os defensores das singularidades étnicas e culturais de cada população, o que implica, na prática, em um conflito sem resolução entre os contingentes imigratórios residentes nesses países e os habitantes nativos - dotados de um forte sentimento de orgulho racial. Independente do flanco que sair vencedor nesse confronto, o desfecho será trágico.

Todo esse quadro pintado no parágrafo anterior é completamente avesso à realidade brasileira. Aqui, o diferente não causa mal-estar nem é visto com estranhamento, mas é acolhido e celebrado. O outro, tão temido em modelos civilizacionais ancorados no purismo e na singularidade identitária, representa no Brasil um ingrediente a mais a ser incorporado para o caldeirão de riqueza da nossa cultura suntuosa e de nossa mestiçagem cromática. Portanto, o estrangeiro não ameaça a tapeçaria de cores e modos de ser da nossa gente, mas ele traz novos elementos a serem agregados a esse ecossistema. Explica-se, assim, a hospitalidade do brasileiro e sua fascinação incomum com o exógeno. Enquanto a fé cristã que molda a alma nacional nos diz que o recém-chegado de outra latitude é, acima de tudo, um irmão nosso (filho do mesmo Pai), nossa cultura sincrética e mestiça nos ensina a ver no outro um ativo a ser incorporado e não um perigo a ser temido.

Isso não significa que o povo brasileiro não possua identidade ou seja apenas um balaio de franjas diaspóricas desterradas. Pelo contrário: o Brasil é dono de uma das civilizações mais fortes, unidas e singulares do planeta. A heterogeneidade da nossa cultura não é um elemento de diluição, mas é um dos seus traços mais característicos; assim como a aquarela de tonalidades e matizes que colorem a pele brasileira (com seus tons de canela, jambo e mel) não representam indefinição, mas são uma de suas marcas mais belas e definidoras. Tendo o Brasil avançado no equacionamento dos conflitos raciais e culturais de uma maneira muito mais humanizada e eficiente do que os demais países do planeta, beira o absurdo que setores progressistas liberais queiram impor a uma nação formada pelo sincretismo e pela mestiçagem um modelo de purismo racial binário e intolerância religiosa copiado dos Estados Unidos – um país que está longe de servir de exemplo no quesito convivência em meio à diversidade. Evidentemente, a sociedade brasileira não é perfeita e tem suas chagas a serem enfrentadas. Porém, uma das maiores ameaças contemporâneas à harmonia étnico-social em nossa nação é a influência perniciosa dos grupos identitários que empregam essas ideologias de purismo e conflito racial-cultural como doutrina. O Brasil não precisa de multiculturalismo europeu pois aqui temos o nosso caldeamento tropical; nem precisamos de guerra racial estadunidense pois aqui temos a mestiçagem como emoliente de harmonização e polimerização entre as diferentes raças.

Com um território titânico em dimensões, sobejo em riquezas, ocupado por um povo único em sua altivez humana e sua capacidade de convivência e harmonização com o diferente, o Brasil emerge como aspirante a ser uma das grandes forças

geopolíticas do novo mundo que se desfolha. Além de repousar em uma plaga pouco tormentosa do planeta, nutrindo boas relações com seus vizinhos lindeiros, nosso país goza de incontestável e celebrada liderança na região. Adiciona-se a essa situação de paz continental a ausência de conflitos regionais dentro do território nacional. A obra dos grandes construtores da nossa civilização durante o século XX, Vargas e seus continuadores, nos deu não apenas as bases materiais para o desenvolvimento de nossas atividades econômicas, mas também contribuiu enormemente para a integração do país, fomentando o convívio e o caldeamento entre franjas da população brasileira geograficamente dispersas.

Esse quadro pintado ao longo dos parágrafos anteriores acerca da grandeza latente do Brasil não tem nada de ufanismo ou patriotismo desmedido; trata-se de um diagnóstico racional e sereno das potencialidades não-aproveitadas do nosso país e seu papel civilizacional perante a humanidade. Contudo, o horizonte altivo que se abre perante o nosso país contrasta de maneira dolorosa tanto com a nossa realidade atual quanto com a imagem que a maioria dos nossos patrícios têm do futuro de sua terra.

Aqui, uma pergunta fundamental se impõe: considerando as imensas potencialidades vislumbradas em nosso país, o que impede o Brasil de viver em plenitude sua predestinação à prosperidade e ao protagonismo geopolítico? Simples. Apesar de todos os recursos e riquezas consignados em nosso território e em nossa gente, o Brasil experimenta desde antes de sua ascensão como uma nação independente um regime de dominação e rapina tão severo quanto sofisticado, que opera em sintonia com

interesses internacionais, mas que tem como fiadores internos parte importante de nossa elite econômica e política. Vários nomes podem ser empregados para qualificar a situação de submissão aqui retratada: imperialismo, globalismo, neocolonialismo, etc. Mais importante do que a etiqueta teórica a ser colocada sobre o nosso dilema nacional é entender quais são os grupos que se beneficiam da sabotagem ao nosso país e quais são os mecanismos empregados na viabilização dessa operação.

Os beneficiários do projeto de rebaixamento civilizacional do Brasil são conhecidos. São os membros do consórcio que unifica em torno de interesses convergentes o setor dominante da plutocracia nacional e as franjas dinâmicas do capitalismo transnacional. Os primeiros usam sua posição de mando para garantir a manutenção de seus privilégios paroquiais. Os segundos usam a alavancagem adquirida com sua penetração na estrutura estatal das grandes potências do planeta para negociar acordos que lhes permitam explorar com o mínimo de risco os recursos e riquezas das nações geopoliticamente estranguladas. É um acordo de ganha-ganha em que as multidões constitutivas da carne e do espírito da nossa nação surgem como as verdadeiras perdedoras.

O aparato de espoliação e dominação manobrado por esse consórcio político é constituído por um conjunto de engrenagens que atuam de maneira coordenada. Evidentemente, a corrupção de lideranças políticas e da burocracia do Estado para a defesa de agendas antinacionais é uma das peças-chave desse jogo. A submissão econômica também desempenha um papel fundamental, garantindo a sustentabilidade da miséria nos setores

majoritários da nossa população. Em casos mais radicais, o emprego de força militar também pode ser utilizado como um recurso mais ostensivo. Contudo, nesse intrincado maquinário de dominação, a engrenagem mais eficiente de escravização do espírito nacional e inviabilização do país repousa no terreno da produção simbólica e cultural. Enquanto a sabotagem econômica e política possui um alcance limitado e pontual, a intoxicação da alma do brasileiro tem um efeito de longo prazo e se espalha como fogo num rastro de pólvora por todos os âmbitos da nossa sociedade.

Além de mais eficaz e abrangente, essa forma de submissão coletiva também é incomparavelmente mais barata. Enquanto os custos envolvidos na mobilização de um grande aparato militar se calculam na casa dos bilhões e trilhões, o financiamento de atividades de produção intelectual ou artística se dá em cifras abismalmente inferiores. Ademais, a dominação pela via do engodo e da deformação mental de um povo possui mais uma vantagem para o dominador. Por sua natureza sutil e sub-reptícia, ela se torna menos suscetível a qualquer tipo de resistência. Qualquer campanha militar gera sempre algum tipo de enfrentamento por parte do grupo atacado, ao passo que uma guerra levada a cabo no terreno das ideias e emoções, travada com as armas da ilusão e da persuasão, tende a se desdobrar sem qualquer tipo de comoção ou sublevação. Fazer com que o subjogado seja advogado de sua própria miséria e subjugação: esse é o grande artifício da escravidão mental e anímica.

Dentre todos os meios historicamente empregados de rebaixamento e escravização espiritual do brasileiro, um dos mais

recorrentes e eficientes é o viralatismo. As ideologias que sistematizam, naturalizam e embrulham em um discurso retórico ou pseudocientífico a estigmatização de tudo que remete à brasilidade, valendo-se dos mais diversos artifícios para tanto, representam uma arma importante de aniquilação do sentimento de pertencimento dos indivíduos ao seu povo, esgarçando os cordões simbólicos e culturais que unificam a gente brasileira. A satanização da identidade e dos elementos constitutivos da nacionalidade tem o efeito imediato de incentivar os membros dessa coletividade a se abstrair de dela. Ora, partindo da premissa de que o Brasil é um fracasso civilizacional e que o brasileiro (indivíduo integrado a essa civilização) personifica uma série de vícios atribuídos ao país, o desdobramento lógico desse pressuposto é a rejeição do sentimento de pertença nacional e a busca por formas alternativas de identificação coletiva. Obviamente, em tempos de artificialização da cultura e das relações humanas, não faltam opções de fantasias identitárias de ocasião nas prateleiras do mercado cultural.

As teorias e narrativas promotoras do viralatismo são múltiplas e ecléticas. Tem para todos os gostos. Não há um pilar constitutivo da brasilidade que não seja atacado a partir das mais diversas frentes ideológicas e com base em interpretações as mais diversas – e, por vezes, até conflitantes e contraditórias. Olhemos, por exemplo, para a mestiçagem - atributo étnico mais importante do nosso povo. Os supremacistas racialistas a qualificam como a causa-raiz de todos os nossos males civilizacionais; certos setores progressistas, movidos por um revisionismo histórico canhestro, veem esse elemento tão belo da brasilidade como uma chaga produzida pela violência e pelo escravismo; já, para certas franjas

liberais de mentalidade mais cosmopolita, a mestiçagem nos diferencia das grandes nações modelares do Atlântico-Norte, sendo, portanto, um vício tipicamente brasileiro. Ainda que a linha argumentativa seguida por cada uma dessas correntes seja distinta, seu sentido político é convergente: a estigmatização de uma das propriedades fundadoras do Brasil e, por conseguinte, o ataque ao sentimento de identidade nacional do brasileiro.

Neste livro, propomos um estudo dessa rede de teorias, ideias, narrativas, argumentos e fábulas que constituem o corpo simbólico do viralatismo. Obviamente, uma análise exaustiva de todas as manifestações dessa ideologia em discurso é um trabalho irrealizável, sendo necessário, portanto, a produção de um recorte. Aqui, nos restringiremos a expor e analisar a produção ideológica do viralatismo em teorizações e obras intelectuais que reivindicam o estatuto de ciência e seu posterior desaguamento nos veículos de mídia e cultura. Ou seja, colocaremos em lente a literatura erigida em áreas científicas como a sociologia, a antropologia, a economia, a história, além de outros campos o saber, que reproduz e naturaliza, através de sua veiculação na mídia e na indústria do entretenimento, construções ideológicas que fomentam o sentimento de inferioridade no seio do povo brasileiro. Nem toda problematização de algum aspecto da nossa sociedade merece ser tratada como viralatismo. Afinal, nosso objetivo não é substituir o pessimismo crônico contra o Brasil por um ufanismo ingênuo e delirante. Há inúmeros trabalhos científicos sérios que apontam dilemas sociais, culturais, econômicos e de qualquer outra ordem que são reais no nosso país, não figurando como representantes da categoria em lente neste livro. Apenas os modelos teóricos que generalizam de

maneira fatalista e totalizante uma visão de pessimismo e depreciação absoluta do Brasil serão tomados como autênticos exemplos da tradição vira-lata em nosso pensamento nacional.

Depois de esclarecermos no capítulo seguinte alguns conceitos importantes para nos orientarmos em nosso estudo, propor-se-á uma revisão panorâmica do conjunto de teorias e doutrinas que, ao longo de diferentes períodos da história nacional, promoveram uma compreensão injuriosa e descrente do Brasil. Esse levantamento crítico da literatura do viralatismo será periodizado com base nas diferentes escolas de pensamento hegemônicas em cada quadra histórica brasileira. A próxima etapa desta investigação é mapear o percurso de transmissão e disseminação dessa ideologia: desde as fileiras acadêmicas até a boca do povo. Para tanto, dedica-se um capítulo ao estudo de como as ideias produzidas e inscritas nessa literatura (autoproclamada) científica são apropriadas e repaginadas no discurso da grande mídia nacional e da máquina cultural. Em seguida, olha-se para a forma como esse ideário do viralatismo, traduzido pelos meios de comunicação de massa, é recebido e repercutido pelos consumidores desses veículos. A parte final do livro é devotada a um esforço de contraposição ao viralatismo. Para tanto, faz-se um breve inventário das visões de Brasil produzidas por grandes nomes do pensamento nacional que apresentam uma outra interpretação de país: crítica dos problemas que martirizam nossa sociedade e nossa história, mas cômicas do destino, da potencialidade e da grandeza civilizacional da nossa nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RODRIGUES, Nelson. **A Pátria de chuteiras**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira Participações S.A., 2013.

2 - ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS: OS CONCEITOS DE IDEOLOGIA E VIRALATISMO

Ponham um inglês na Lua. E na árida paisagem lunar, ele continuará mais inglês do que nunca. Sua primeira providência será anexar a própria Lua ao Império Britânico. Mas o subdesenvolvido faz um imperialismo às avessas. Vai ao estrangeiro e, em vez de conquistá-lo, ele se entrega e se declara colônia.

Nelson Rodrigues

Fazer o inventário da rede de teorias e mitos que condenam o Brasil a ter uma visão autodepreciativa de si requer que dominemos alguns conceitos importantes. Afinal, como poderemos flagrar na história do pensamento nacional a **ideologia** do **viralatismo** se não nos for claro o significado dessas duas palavras destacadas? Este capítulo terá o objetivo de explicar em detalhe o conteúdo de ambas as noções. Considerando o viralatismo como um tipo específico de ideologia, nada mais lógico que comecemos a nossa revisão teórica pelo conceito mais abrangente, o que nos facilitará a compreender o significado de um de seus exemplares.

2.1. Ideologia: o sentido a serviço do poder

Ideologia é um daqueles termos nebulosos que povoam o debate público nos circuitos políticos e na grande mídia. A frequência de seu emprego e a diversidade de sentidos que lhe são atribuídos deixam claro que o conceito é muito usado, porém pouco compreendido.

Na boca de certos mensageiros, a ideologia é tratada como um conjunto de ideias desprovidas de validade racional, não raro sendo o conceito utilizado para designar ideias opostas àquelas advogadas pela ciência. Quando se quer qualificar alguma proposição como anticientífica, esta é chamada de ideológica. Há também aqueles que associam a noção de ideologia à militância política. Defender um discurso ideológico, nessa acepção, significa militar em favor de algum partido ou alguma agenda específica. Finalmente, a ideologia também pode referir-se a um sistema de ideias e premissas que operam de maneira articulada, formando um quadro integral. É uma forma de legitimar o valor e a profundidade de uma certa afirmação: classificá-la como parte de uma ideologia mais ampla.

A pluralidade de entendimentos apresentados no parágrafo anterior revela a camada de sombras existente em torno desse conceito. O termo ideologia é usado mais como um bordão retórico do que como uma definição precisa de um fenômeno do mundo. Essa situação de polissemia e confusão não é obra do acaso; ela é produto de uma história de conceituações distintas e, em certos casos, contraditórias cunhadas no intuito de dar sentido à ideologia. Portanto, para compreendermos o significado dessa ideia, é necessário conhecermos um pouco da literatura dedicada a explicá-la.

Ainda que seja virtualmente impossível mapear a primeira vez em que uma determinada palavra foi empregada, atribui-se ao filósofo francês Destutt de Tracy o primeiro uso doutrinário do termo. Em seu livro *Elementos da Ideologia*, o pensador anuncia o nascimento de uma nova ciência imbuída dos valores fundantes do Iluminismo e responsável pela superação dos preconceitos que, até aquele momento da história, tinham maculado o pensamento humano. O projeto pateticamente megalomaniaco de Destutt não inspirou simpatia em seus contemporâneos nem angariou seguidores. Pelo contrário, Napoleão Bonaparte, grande líder militar e político francês, apropriou-se do termo que designava a ciência de Tracy de maneira depreciativa. Para o reconstrutor da França, o ideólogo era o homem que se envolvia em atividades intelectuais estéreis e alienadas da realidade. A ideologia, portanto, seria o oposto do saber prático. Enquanto este podia ser aplicado como uma ferramenta de modificação e controle do mundo concreto, aquela seria apenas um exercício contemplativo tão ornamental quanto inútil.

Apesar dos usos temporários do termo ainda no amanhecer do século XIX, a primeira tentativa verdadeira de sistematização teórica da ideologia se deu através do pensamento de Marx e seus epígonos. Partindo dos princípios marxistas, que veem a sociedade como um produto instável do conflito entre as diferentes classes que a constituem, a conceituação proposta pelo autor alemão para a noção de ideologia incorpora essa cisão fundamental de caráter classista. Em uma obra de título bastante sugestivo para o nosso estudo, *A ideologia alemã*, Marx e seu companheiro Engels erigem um dos brocados mais famosos do pensamento marxista: “as ideias da classe dominante são, em cada

época, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2007). A falsa consciência formada a partir da apreensão das ideias (burguesas) dominantes na sociedade capitalista produz uma visão de mundo seccionada, orientada pelos interesses dessa franja mandante.

Tal representação incompleta e distorcida da realidade, que contrasta com a totalidade científica prometida pelo método do materialismo histórico, é caracterizada pelo marxismo como ideológica. De tais proposições, depreendemos que a ideologia é o conjunto de sistemas simbólicos que representam de maneira parcial e mascarada a estrutura do real devido à sua vinculação orgânica com os interesses e ideias das elites políticas de um dado tempo histórico. Sendo o elemento mais importante da constituição da realidade justamente o antagonismo entre as classes sociais, qualquer ideia que matizasse ou minimizasse a importância desse dado fundador gozaria da pecha de ideológica. É assim que a Economia Política de origem inglesa é vista como uma ciência ideológica, sendo o seu esforço de ocultação do papel desempenhado pela luta de classes na operação do capitalismo de *laissez-faire* o cerne da sua ideologia.

A teorização pioneira de Marx e Engels, ainda hoje, é a base da aceção mais comum do conceito de ideologia. Apesar de o seu fundo marxista raramente ser invocado, as duas propriedades mais importantes dessa concepção se fazem presentes em quase todos os discursos que empregam o termo. Tais propriedades, decorrentes diretamente do modelo marxista, são: 1) o caráter político da ideologia e 2) sua parcialidade enviesada – opostas à totalidade e à idoneidade do discurso não-ideológico. Não por acaso, na grande maioria das vezes que vemos a palavra ideologia

sendo usada no debate público, ela se refere a algum tipo de movimento político ou é contraposta a algum conhecimento supostamente desinfectado de ideologia, como, por exemplo, o verdadeiro saber científico.

Considerando a centralidade da noção de ideologia para o arcabouço do materialismo histórico, uma série de herdeiros do marxismo se debruçaram sobre a categoria. Alguns se restringiram a corroborar as proposições do seu velho mestre; outros ensaiaram dissidências teóricas. Gramsci, detentor de frondosa literatura acerca do papel da cultura na viabilização da revolução, apresenta um quadro distinto de compreensão do fenômeno em lente. Para o pensador italiano, a ideologia não é um tipo de discurso anuviado pelos interesses da burguesia, mas é a inscrição de uma determinada filosofia de forma implícita dentro de uma determinada assertiva. Temos aqui, portanto, uma concepção menos maniqueísta. A ideologia não é um discurso falso, contraposto a um discurso verdadeiro; é o produto de uma estratégia retórica e comunicativa de carregar com ideias implícitas uma proposição explícita.

Inúmeros outros intelectuais de extração marxista teceram comentários sobre o conceito de ideologia. Alguns merecem menção. Althusser, figura importante da esquerda francesa, concebe a ideologia como um estrato da realidade social que vincula o sujeito à totalidade da sociedade. A ideologia é a dimensão simbólica da experiência humana no mundo, que cimenta as relações intersubjetivas (entre sujeitos distintos) de modo a permitir a existência da própria sociedade. Habermas, liderança incontestada da segunda geração da Escola de Frankfurt,

associa a noção clássica de ideologia inaugurada por Marx e Engels à sua teoria da comunicação, retomando a dicotomia entre o discurso ideológico e o não-ideológico. Segundo Habermas, a ideologia é uma dimensão simbólica da atividade dialógica em sociedade, que emerge em situações de distorção e embargo comunicativo. As forças políticas e institucionais que reprimem a livre comunicação na arena pública são vistas como as fontes sociais da ideologia, isto é, sua matriz geradora. Pêcheux, outro importante intelectual militante da esquerda francesa, retoma a visão ortodoxa marxista e qualifica a ideologia como um meio não-econômico de reprodução da dominação econômica. Enquanto a engrenagem de exploração da mão de obra proletária pela burguesia é a dimensão explícita do conflito de classes, a ideologia organiza os signos linguísticos para criar representações de mundo que legitimem e endorsem essa dinâmica de opressão de classe.

A crise da União Soviética e a cooptação da esquerda internacional pelo liberalismo capitaneado pelo Partido Democrata dos EUA na segunda metade do século XX fez se sentir de maneira bastante clara nas teorias propostas para a ideologia. Neomarxistas de ascendência liberal, apesar de ainda repercutirem atavicamente parte dos trejeitos filosóficos do marxismo clássico, mudaram o eixo de fundamentação do conceito em quadro, que deixou de ser a dominação de classe para se tornar a opressão dos grupos marginalizados e a construção de consenso. Essa mudança de perspectiva, por um lado, teve a virtude de ampliar os horizontes da noção de ideologia para além dos cacoetes mentais do marxismo, limpando uma parte do escotoma que essa viseira teórica impôs aos estudos do fenômeno.